

POR QUE NÃO GUARDAR O SÁBADO?

Abdenego da Guia¹

RESUMO

Para alguns, atualmente o cristão ainda está obrigado a guardar o sábado, pelo fato de Deus ter determinado no quarto mandamento a sua lembrança (Ex 20.8-11). Numa análise superficial sobre o assunto, é possível concluir dessa maneira. Não obstante, quando é feita uma análise do contexto próximo e distante do texto ora indicado, bem como em toda extensão bíblica, conclui-se que o cristão não está obrigado a tal prática. Além do mais, ainda há os que afirmam ser a guarda do sábado uma inequívoca condição para a salvação. Por conta disto, urge esclarecer os irrefutáveis argumentos bíblicos a respeito.

Palavras-chave: desoneração, sábado, lembrança, análise contextual, condição salvífica.

ABSTRACT

For some, currently the Christian is still obliged to keep the Sabbath because God have given in the fourth commandment to your memory (Ex 20.8-11). A superficial analysis on the subject, it can be concluded that way. Nevertheless, when an analysis is made of the near and distant context of the text now indicated, as well as in all biblical extension, it is concluded that the Christian is not bound to such a practice. Besides, there are still those who claim to be the Saturday a condition for salvation unequivocal. Due to this, there is an urgent need to clarify the irrefutable and crystalline biblical arguments about what has been done throughout the article.

Keywords: relaxation, Saturday, reminder, contextual analysis, saving condition.

INTRODUÇÃO

O apóstolo Paulo escreveu que o cumprimento da lei é o amor (Rm 13.8-10). Da mesma forma o apóstolo João também enfatizou o amor a Deus e aos outros (1 Jo 3.11-24;

¹ Graduado em Ciências Contábeis pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió – CESMAC. Atua profissionalmente como perito contábil judicial e extrajudicial e é servidor do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas desde 1985, exercendo atualmente a chefia da Assessoria de Planejamento e Orçamento. É membro da Assembleia de Deus em Maceió/AL, onde atua como professor da classe dos obreiros, palestrante, músico e escritor.

4.7-21). Como inevitável consequência, a lei do amor, também chamada nas Escrituras de “lei do espírito de vida em Cristo Jesus”, passou a ser o centro através do qual estão atreladas todas as ordenanças e proibições da Bíblia, princípio esse sem o qual nenhum mandamento divino teria significado.

A Bíblia garante que, enquanto a graça de Deus é a fonte de salvação, a fé é o meio para obtê-la, não a causa (Ef 2.8), pois a salvação não provém dos esforços pessoais (Ef 2.9), mas é o Senhor quem nos salva (Jn 2.9c).

Enquanto Jesus estabelece a nulidade dos esforços humanos na salvação, pois sem Ele o cristão não consegue fazer nada que tenha valor espiritual e que permaneça (Jo 15.5), o apóstolo Paulo ressalta esta mesma inferência ao afirmar que o maior objetivo do cristão verdadeiro deve ser agradar a Deus em tudo o que fizer, pois o Senhor supre tanto o desejo como a capacitação para cumprir Sua vontade (Fp 2.13).

Assim como Martinho Lutero, Wesley e muitos outros servos de Deus famosos e anônimos perceberam que o mais importante da vida cristã essencialmente adstrita aos padrões bíblicos e totalmente triunfante, não é a mera observância de mandamentos legalistas, mas é tanto a extirpação de tudo aquilo que origine dúvida, orgulho e independência, quanto o convite para Jesus entrar em nossa vida. Quando lemos na Bíblia que, por não ter conseguido o aperfeiçoamento, a lei de Moisés foi ineficaz para nos salvar, sugere que tão somente através de Jesus Cristo teremos uma vida cristã vitoriosa. Todos os cristãos foram crucificados com Cristo e morreram para a lei como meio de salvação, e agora vivem para Deus por meio de Cristo (Gl 2.19,20). Já não dependem da lei e dos sacrifícios do Antigo Testamento para serem salvos e aceitos diante de Deus (Gl 3.23-25 e 4.4,5). Os cristãos, tendo sido libertos do poder do pecado, e sendo agora servos de Deus (Rm 6.18-22), seguem o princípio da fé, pois estão debaixo da lei de Cristo (1 Co 9.21).

A lei é santa porque foi um Deus igualmente santo quem a instituiu, e é tão boa que Jesus a cumpriu cabalmente e tão justa que Cristo morreu por ela,. Não obstante a lei continuar imutavelmente santa, boa e justa, não estamos mais subordinados a ela.

A palavra torah significando a lei propriamente dita, aparece mais de quinhentas vezes no Antigo Testamento, com a acepção de “ensino”, “instrução”. Sua autoridade é irrefutável em face de ter sua origem no próprio Deus (Ex 24.3).

Na época do Antigo Testamento, não havia nenhuma separação entre leis profanas e religiosas, ou entre mandamentos morais e cerimoniais. A Torá era uma só peça, que abrangia completamente a vida da nação e de cada pessoa. Para tanto, alternam-se os pronomes de tratamento “vós” (para o povo) e “tu” (para o indivíduo).

A lei, como a primeira parte das Sagradas Escrituras, ou seja, o Pentateuco, tem em seu conteúdo ordenanças majoritariamente negativas. De acordo com os rabinos israelitas, de um total de 613 ordenanças, 365 são proibições, como se pode perceber, por exemplo, no decálogo, em que oito dos dez mandamentos começam com um “não”.

No Novo Testamento, a palavra “lei” aparece com um sentido bem mais abrangente, e não com uma referência única aos dez mandamentos. Por exemplo, em vários momentos e lugares distintos, Jesus e os escritores do Novo Testamento apoiaram seus argumentos com fulcro em citações inseridas nos livros de Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio, bem como em tantos outros livros do Antigo Testamento, chamando-os de “lei”.

Por outro lado, em várias outras referências, “lei” e “lei e profetas” fazem alusão indubitavelmente clara a todo o Antigo Testamento, como sendo a voz de Deus revelando Sua vontade ao povo israelita.

Ao afirmar que “as mulheres estejam... sujeitas, como também ordena a lei” (1 Co 14.34), nitidamente o apóstolo Paulo estava se referindo ao que está escrito em Gênesis 3.16. E ao afirmar “... se a lei não dissesse: não cobiçarás...” (Rm 7.7), estava se referindo a Êxodo 20.17 e Deuteronômio 5.21.

Outrossim, quando um fariseu interrogou sobre o grande mandamento da lei (Mt 22.36-39), a resposta de Jesus foi ancorada em Levítico 19.18 e Deuteronômio 6.5.

Destarte, tanto o Senhor Jesus Cristo quanto o apóstolo Paulo consideraram todos os livros do Pentateuco como “lei”, não fazendo nenhuma distinção entre mandamentos cerimoniais e morais. Igualmente não afirmaram ser o decálogo a parte mais importante da lei, mas se há alguma alusão, é a que Jesus fez aos livros de Levítico e Deuteronômio, por conterem o maior de todos os mandamentos².

Não obstante a lei apontar o pecado e condenar o transgressor à morte, não lhe proporcionava as condições para o seu cumprimento. Ou seja, sua função precípua era tão somente mostrar ao pecador a conduta escorreita a ser seguida nos relacionamentos horizontal e vertical previamente estabelecidas por um Deus santo e, uma vez desobedecida, condená-lo à maldição.

O apóstolo Paulo esclarece que o intuito da lei entregue a Moisés não era justificar os homens perante Deus depois da promessa feita a Abraão para orientar sobre a questão do pecado, até que viesse Cristo, a posteridade prometida (Gl 3.16,19). O apóstolo Paulo mostra

² ALMEIDA, Abraão de. *O Sábado, a Lei e a Graça*. Rio de Janeiro: CPAD, 1998. p. 45.

como a lei funcionava antes de Cristo vir ao mundo, por meio de duas comparações distintas (Gl 4.4,5). A lei atuava tanto como um guarda que protegia a humanidade até a manifestação da fé em Cristo, como também servia de aio ou tutor (Gl 3.23,24). Assim como na antiga cultura grega o tutor tinha como mister acompanhar as crianças que estavam sob o seu amparo, ensinando-as e disciplinando-as quando necessário, a lei agia da mesma forma com os israelitas em relação a Deus, tendo a sua validade expirada quando Cristo foi revelado (Gl 4.1,2)³.

O pastor Abraão de Almeida transcreveu em seu livro como um teólogo britânico se expressou para mostrar a real finalidade da lei, numa linguagem comparativa e, ao mesmo tempo, muito interessante e pertinente:

Se eu me puser diante de um espelho com o meu vestuário desarranjado, o espelho mostra-me o desarranjo, mas não o põe em ordem. Se eu fizer descer sobre um muro tortuoso um prumo, o prumo mostra a tortuosidade, mas não a altera. Se eu sair numa noite escura com uma luz, esta revela-me todos os obstáculos e dificuldades que se acham no caminho, mas não os remove. Além disso, o espelho, o prumo e a luz não criam os males que revelam distintamente; nem os criam nem os afastam, apenas os revelam. O mesmo acontece com a lei: não cria o mal no coração do homem nem tampouco o tira; mas revela-o com infalível exatidão”⁴.

Tanto no Antigo quanto no Novo Testamento, havia um pensamento equivocado através do qual se inferia que a simples guarda da lei externamente era credencial indispensável para promover a justificação no seu praticante. Entrementes, com fulcro tanto no Antigo quanto no Novo Testamentos, a lei não tem poder para proporcionar salvação e perdão dos pecados sem a fé e a humildade como elementos indispensáveis a tal desiderato (Mq 6.6-8; Rm 4.1-5.2; 7.13-25). A lei divina não foi dada como uma forma de se alcançar a justificação, mas sim como um modo de vida que gere santificação nos redimidos⁵.

A Bíblia deixa muito claro que o objetivo último da lei é conscientizar o pecador acerca da necessidade de justificação e perdão, conduzindo-o, ao final, a crer em Jesus Cristo e aceitá-Lo como seu único e suficiente Salvador e Senhor, recebendo dEle, em contrapartida, o direito à libertação do pecado e de suas terríveis consequências que levam à morte espiritual⁶.

Moisés foi o grande mediador da primeira aliança, firmada no monte Sinai com o povo israelita e selada com o sangue de animais sacrificados.

³ RADMACHER, Earl. *O Novo Comentário Bíblico – Novo Testamento*. Rio de Janeiro: Central Gospel, 2010. p. 489.

⁴ ALMEIDA, 1998, p. 47.

⁵ RADMACHER, 2010, p. 1169.

⁶ALMEIDA, 1998, p. 48.

Mas uma nova e superior aliança (Jr 31.31-34) seria firmada com o povo de Deus e substituiria a antiga (Ex 34.27,28), que foi denominada pelo apóstolo Paulo, entre outras coisas, de transitória (2 Co 3.7). Ao lermos 2 Coríntios 3, percebemos o apóstolo Paulo traçando um paralelo entre as duas alianças da seguinte forma: enquanto a primeira teve Moisés como mediador (v. 7), a segunda teve Cristo como tal (vv. 3-14; Hb 8.6-9); enquanto a primeira foi gravada em pedras (v. 7), a segunda foi escrita no coração (vv. 2,3); enquanto a primeira veio em glória (v. 7), a segunda tem excelente glória (v. 10); enquanto a primeira veio como ministério da condenação (v. 9), a segunda veio como ministério da justificação (At 13.38,39); enquanto a primeira trouxe um jugo de servidão, a segunda trouxe liberdade (v. 17); enquanto a primeira opera morte (vv. 6,7), a segunda opera vida (v. 6); enquanto a primeira era transitória (vv. 7,11), a segunda é permanente (v. 11).⁷

Paulo faz uma comparação da lei e da graça com o casamento. Não obstante o casamento ser vitalício, se um dos cônjuges morrer, automaticamente o outro já não estará mais impedido legalmente, mas livre para contrair casamento com outra pessoa (Rm 7.1-3). Metaforicamente o apóstolo Paulo estava dizendo que, como a lei morreu, agora o cristão está desimpedido para “se casar” com a graça de Deus e, conseqüentemente, pronto para dar fruto para Ele (Rm 7.4).⁸

É extremamente importante ressaltar que todos os mandamentos do decálogo foram ratificados no Novo Testamento, exceto o da guarda do sábado, senão vejamos:

O primeiro mandamento é contra a idolatria efetivada através da adoração de outros deuses (Ex 20.3). Este mandamento é ratificado na nova aliança (1 Co 10.7,14,19,20; 1 Jo 5.21; Mt 4.10; 22.37; Mc 12.30; Lc 10.27; Jo 17.3).

O segundo mandamento é contra a idolatria efetivada através de imagem de escultura ou objetos de adoração (Ex 20.4). Este mandamento também é ratificado na nova aliança (Jo 4.23; At 15.20,29; 17.29; 21.25; Rm 1.23; 1 Co 10.7,14; Gl 5.19,20; Cl 3.5; 1 Jo 5.21).

O terceiro mandamento proíbe usar o santo nome de Deus em vão (Ex 20.7). Este mandamento também é ratificado na nova aliança (Mt 5.34,37; Cl 3.8).

O quarto mandamento enfatiza a lembrança do dia do sábado para o santificar (Ex 20.8-11)⁹. Esse é o único mandamento que não está respaldado nem nos ensinamentos de

⁷ ALMEIDA, 1998, p. 53.

⁸ RADMACHER, 2010, p. 379.

⁹ O dia de sábado era um sinal da aliança especial entre o Senhor e Israel (Êx 16.23-25; 31.12,17; Ne 9.13,14; Ez 20.12,20). Não há evidência de que este mandamento tenha sido dado também às nações gentílicas (Sl 147.19,20). No entanto, o princípio de separar um dos sete dias para honrar o Senhor é realizado no Novo Testamento em memória da ressurreição de Jesus Cristo, que ocorreu no primeiro dia da semana (Mt 28.1-8; At 20.7; 1 Co 15.2). O cristão do Novo Testamento começa a semana com descanso e adoração e, em seguida,

Jesus nem dos apóstolos para santificarmos o sábado mais que qualquer outro dia, o que nos faz concluir, de forma clarividente, que a igreja está desobrigada de sua prática.

Não obstante Jesus ter ido a muitas reuniões dos judeus nas sinagogas e no templo, por ter nascido sob a lei, ter sido apresentado no templo de acordo com os ditames da lei e circuncidado em conformidade com a lei (Gl 4.4, Mt 5.17 e Lc 2.4,21-24), Sua atitude em relação aos mandamentos entregues a Moisés em nada foi semelhante à dos fariseus. O desejo deles era que Jesus desse mais ênfase sobre as virtudes da lei, embora Ele nada ensinasse abertamente sobre o fim dos sacrifícios, da circuncisão e das festas durante o seu ministério terreno. Entrementes, em todos os Seus feitos concretizados no sábado, podemos perceber a glória do Novo Testamento ofuscando o brilho do Antigo (Mt 12.1-8)¹⁰.

Quando Jesus curou um homem cego de nascença num sábado, foi severamente criticado pelos fariseus, que o acusaram de não ser de Deus, pois, para eles, esse milagre violava a guarda do sábado (Jo 9.16). Na realidade, Jesus não violou a guarda do sábado ao curar nesse dia, mas apenas descumpriu algumas das leis sociais constituídas pelos judeus, com o fito de integrar pessoas socialmente marginalizadas, como cobradores de impostos, prostitutas, leprosos, coxos, etc., “porque o Filho do Homem até do sábado é Senhor” (Mt 12.8).

Aliás, os que defendem a guarda do sábado por parte dos cristãos hodiernos, não guardam da maneira como está prescrita na lei, pois, para guardar o sábado, os israelitas deveriam obedecer fielmente às regras a seguir:

- 1) não fazer nenhuma obra nesse dia (Ex 20.10);
- 2) trabalhar de domingo a sexta-feira (Ex 20.9);
- 3) não apanhar lenha no dia de sábado, sob pena de ser apedrejado até à morte (Nm 15.32-36);
- 4) não acender fogo nas moradas, como, por exemplo, para cozinhar (Ex 35.3), pois esse ato representava o rompimento do descanso determinado¹¹. A exigência da lei era que toda comida fosse preparada na véspera do sábado. Os judeus zelosos quanto ao cumprimento da lei não ousam acender luz elétrica no sábado, por ser essa ação considerada igual ao acendimento do fogo;

dedica-se ao trabalho nos dias seguintes. Já os judeus, no Antigo Testamento, trabalhavam seis dias e, então, descansavam no último dia da semana. Eles não se atreviam a realizar qualquer trabalho no sábado. Assim, o primeiro dia fala da graça; o último remete à lei. A igreja, hoje, é advertida de não fazer do sábado ou de outros dias especiais uma prova de espiritualidade ou comunhão com Deus (Cl 2.16-17). WIERSBE, Warren. *Bíblia de estudo Wiersbe*. Santo André: Geográfica, 2016. p. 124-125.

¹⁰ ALMEIDA, 1998, p. 96,97.

¹¹ RADMACHER, 2010, p. 195.

5) sacrificar dois cordeiros de um ano, sem mancha, e duas décimas de flor de farinha misturada com azeite, em oferta de manjares, em cada sábado (Nm 28.9,10);

Portanto, se alguém quer viver sob a lei, deve obedecê-la integralmente e não escolher partes da mesma que lhe convém e desconsiderar o restante (obediência seletiva), pois “qualquer que guardar toda lei e tropeçar em um só ponto tornou-se culpado de todos” (Tg 2.10).

Em Romanos 14.4-6, o apóstolo Paulo deixa claro que guardar um dia mais do que a outro não era uma prática compulsória, mas opcional na igreja primitiva, desde que fosse realizado para o SENHOR e, mesmo assim, de forma mutuamente respeitosa em relação aos não-praticantes.

O quinto mandamento determina que os filhos honrem os pais (Ex 20.12). Além de esse mandamento também ter sido ratificado no Novo Testamento, fora acrescido da responsabilidade dos pais viverem em harmonia com os filhos, bem como lhes ensinar a palavra de Deus (Ef 6.1-4 e Cl 3.20,21).

O sexto mandamento proíbe o homicídio deliberado, intencional, ilícito (Ex 20.13)¹². Esse mandamento também foi ratificado no Novo Testamento, sendo que Jesus abrangeu a sua interpretação, afirmando que odiar equivale a matar (Mt 5.21,22; Gl 5.21; 1 Pe 4.15; 1 Jo 3.15 e Ap 22.15).

O sétimo mandamento proíbe o adultério (Ex 20.14). Esse mandamento também foi ratificado no Novo Testamento, sendo que Jesus ampliou a sua interpretação, considerando, também, o mero desejo do coração como tal (Mt 5.27,28; Rm 13.9).

O oitavo mandamento proíbe o furto (Ex 20.15). Este mandamento também é ratificado no Novo Testamento (Ef 4.28).

O nono mandamento proíbe levantar falso testemunho (Ex 20.16). Este mandamento também é ratificado no Novo Testamento (Rm 13.9; Ef 4.25 e Cl 3.9).

E o décimo mandamento proíbe a cobiça ao que é alheio (Ex 20.17). Este mandamento também é ratificado no Novo Testamento (Ef 5.5; 1 Co 6.10; 1 Tm 3.3 e Lc 12.15-21)¹³.

Não obstante os defensores da guarda do sétimo dia se apoiarem em alguns textos da bíblia, através dos quais haveria a obrigatoriedade dessa guarda antes mesmo de Deus entregar a lei a Moisés no monte Sinai, os referidos textos, quando estudados em conformidade com o seu contexto imediato ou distante, não ratificam tais conclusões.

¹² STAMPS, Donald. *Bíblia de Estudo PENTECOSTAL*. Rio de Janeiro: CPAD, 1995. p. 148.

¹³ ALMEIDA, 1998, p. 51,54-59.

Por exemplo, em Gênesis 2.1-3, texto no qual está escrito que Deus, após ter acabado a sua obra de criação do céu, da terra e de todos os seres vivos, descansou, abençoou e santificou o sétimo dia, não há ordenança alguma quanto à imitação de tal atitude. Apenas relata o que Deus fez.

Em Oseias 6.7 o profeta fez uma comparação da desobediência dos seus contemporâneos com a de Adão. Ocorre que, de acordo com o relato de Gênesis 2.16,17, a ordenança divina para Adão foi que ele não comesse da árvore da ciência do bem e do mal, nada tendo a ver com a guarda do sábado, mandamento este que ainda nem havia sido determinado.

Quando Deus, falando com Isaque, afirmou que Abraão obedeceu à sua voz, guardou o seu mandado, os seus preceitos, os seus estatutos e as suas leis (Gn 26.5), não estava se referindo à guarda do sábado, mas a várias práticas, tais como a saída pela fé da sua terra para Canaã (Gn 12.1-5), a circuncisão (Gn 17.9,10) e o sacrifício de seu filho Isaque (Gn 22.1-11,18).

Quando Deus comunicou a Noé a destruição de todo ser vivo sobre a terra, estabeleceu como sinal o arco-íris, e não a guarda do sábado (Gn 9.12-17).

Pode ser que o povo israelita tenha escolhido, desde o princípio e por seu livre-arbítrio, descansar no sétimo dia, mas não por causa das determinações contidas no capítulo 20 de Êxodo.

Depois das determinações contidas nos dez mandamentos, o sábado foi, é e sempre será um sinal estabelecido entre Deus e Israel, cujo objetivo foi distinguir Israel de seus vizinhos pagãos (Ex 31.13,16,17; Ez 20.12,20). É bem verdade que a ideia da separação desse dia pode ser encontrada no modelo utilizado por Deus na criação do mundo, ou seja, de seis dias de trabalho e um dia de descanso.

Não obstante, domingo, que atualmente é o primeiro dia da semana para nós e o oitavo para os judeus, também era dia de festas solenes relevantes para os filhos de Israel (Lv 23.35,36,39; Nm 29.35-39)¹⁴.

Pelos inúmeros e importantes acontecimentos nele ocorridos, não há dúvida de que o domingo passou a ser o dia a ser comemorado com muita alegria pela igreja, tendo em vista que foi nele que Jesus ressuscitou dos mortos (Mt 28.1-6), abençoou os seus discípulos e deu-lhes o Espírito Santo (Jo 20.19-23), ordenou-lhes que pregassem o evangelho a toda criatura e deu-lhes poder para operar diversos tipos de milagres (Mc 16.9,15-18), explicou aos seus

¹⁴ ALMEIDA, 1998, p. 70-73.

discípulos tudo o que dEle se achava em todas as Escrituras (Lc 24.1,13,21,27,34,45), os discípulos pregaram pela primeira vez o evangelho do Cristo ressurreto, resultando na conversão de quase três mil pessoas (At 2.1,2,41), muitos santos foram ressuscitados (Mt 27.52,53) e o Espírito Santo desceu no Pentecoste (At 2.1)¹⁵.

Pesquisando diligentemente o Novo Testamento, descobrimos que os apóstolos iam ao templo e às sinagogas mais por causa da condição de judeus do que de cristãos, pois como cristãos, reuniam-se em outros locais e sempre no primeiro dia da semana (At 2.1; 20.7; 1 Co 16.2). Não obstante, também iam ao templo e às sinagogas no dia de sábado, aproveitando-se estrategicamente das prerrogativas judias, para pregar o evangelho de Cristo (At 13.14; 14.1; 17.1,2; 18.4; 19.8).

O apóstolo Paulo nos revela uma das razões pelas quais ia às sinagogas aos sábados em suas viagens missionárias, ao afirmar “E fiz-me como judeu para os judeus, para ganhar os judeus; para os que estão debaixo da lei, como se estivesse debaixo da lei, para ganhar os que estão debaixo da lei. Para os que estão sem lei, como se estivesse sem lei (não estando sem lei para com Deus, mas debaixo da lei de Cristo), para ganhar os que estão sem lei” (1 Co 9.20,21)¹⁶.

CONCLUSÃO

Por tudo o que foi acima explicitado, concluimos, com toda certeza, que o cristão não depende da Lei e dos sacrifícios do Antigo Testamento para ser salvo e aceito por Deus (Rm 7.4-6), porque agora a sua lei é Cristo (1 Co 9.21), que cumpriu todas as exigências da lei de Deus¹⁷. Ao morrer na cruz, Jesus encravou ali também toda a lei, dando-lhe plena e final satisfação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Abraão de. *O Sábado, a Lei e a Graça*. Rio de Janeiro: CPAD, 1998. p. 45.

RADMACHER, Earl. *O Novo Comentário Bíblico – Novo Testamento*. Rio de Janeiro: Central Gospel, 2010.

¹⁵ ALMEIDA, 1998, p. 88-89.

¹⁶ ALMEIDA, 1998, p. 74-75.

¹⁷ STAMPS, 1995, p. 1709.

STAMPS, Donald. *Bíblia de Estudo PENTECOSTAL*. Rio de Janeiro: CPAD, 1995.

WIERSBE, Warren. *Bíblia de estudo Wiersbe*. Santo André: Geográfica, 2016.